

*Discurso na cerimônia de lançamento
da 1ª Campanha Nacional de
Prevenção de Cegueira*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 25 DE ABRIL DE 1996

Senhor Ministro Adib Jatene; Senhores Parlamentares que nos honram com a presença aqui; Senhor Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia; Dr. Adalmir Marterá Dantas; Senhores Médicos; Senhores Profissionais dedicados à reabilitação visual; Senhoras e Senhores;

Outro dia, eu estava relendo um trabalho de um economista, cientista político americano, chamado Albert Hirschman, que é um grande cientista social, com quem tenho o prazer de ter uma relação de amizade muito antiga. Ele escreveu um trabalho muito interessante, que se chama *Obstáculos a ver o Desenvolvimento*. Por quê? Porque ele visitou com muita frequência a América Latina, sobretudo o Brasil, a Colômbia e o Chile, e todo mundo só falava nos obstáculos ao desenvolvimento. Ele disse: “Olha, aqui vocês têm que acabar com essa mania de ver obstáculos ao desenvolvimento e passar a perceber que, na cabeça de vocês, o obstáculo é ver o desenvolvimento.”

Por que faço essa referência? Porque acho que estamos passando por um grande processo de mudança e há muita gente que tem obstáculos mentais para ver que a mudança já está ocorrendo. O exemplo é esse

aqui, hoje, que se reitera. Quantas vezes venho a solenidades que têm o mesmo sentido, que é de mostrar que as coisas mudaram, que o modo de proceder mudou.

O Dr. Jatene, outro dia, fez uma reunião sobre dengue. Daqui a pouco, fico especialista em, não digo em dengue, mas em ouvir falar em dengue. Frequentemente temos voltado ao tema, que foi agora referido, dos agentes comunitários de saúde, do médico da família. Fui, pessoalmente, mais de uma vez, ao Rio Grande do Norte, para entrar em contato com os agentes de saúde. Fui para o interior do Ceará, para uma cidade chamada Iracema, ver a ação direta dos agentes comunitários de saúde.

Em várias ocasiões, conversei sobre isso com o Governador Brito, no Rio Grande do Sul. Sabemos que, em São Paulo, estamos começando programas. Acredito muito nisso. Acredito realmente muito nisso. Acho que a medicina preventiva e os serviços diretos, imediatos, prestados através de uma relação muito íntima com a comunidade, são a chave do êxito na questão da saúde no Brasil.

Isso não quer dizer que não se tenha que olhar para a medicina curativa, nem para os hospitais. Mas são dois níveis diferentes, e, a longo prazo, o que resolve mesmo é a medicina preventiva – e são esses esforços da comunidade. Comunidade, aqui, é não apenas o paciente ou aqueles que são potencialmente pacientes, mas também a comunidade médica, dos enfermeiros, dos técnicos; e o Governo. Se não estivermos juntos, não vamos resolver as questões do Brasil – para não falar nas grandes questões, que são as que mais têm, nestes últimos dias, nos preocupado: também não vão ser resolvidas se não houver esse mesmo espírito de solidariedade, de convergência de propósitos.

Aqui, com a liderança do Ministro Jatene, estamos conseguindo, pouco a pouco, avançar nessa direção. E a cerimônia de hoje, esses convênios aqui assinados são exemplo disso. São exemplo disso e mostram precisamente que existe uma mobilização de energias na sociedade, que se dispõe efetivamente a atacar os problemas sem preconceitos.

Não há outro caminho. O caminho é este mesmo, é o caminho de incentivar essas ações que são de alcance social, que têm que ser de prestação continuada. Não adianta simplesmente uma campanha, tem que haver aí um esforço de rotinização desse tipo de atitude. Não creio que a questão da falta de recurso seja suficiente para dizer: “Então, não há o que fazer.” Não. Há falta de recursos, sim; mas há o que fazer.

E, já que falamos em falta de recurso, Ministro, quero reiterar o meu apoio total à CPMF. Há necessidade de nos organizarmos. Estamos a poucas semanas de uma decisão importante do Congresso Nacional, que, certamente, não vai resolver, como por milagre, todas as questões da saúde, mas vai dar um espaço de ação mais conseqüente e mais eficaz.

Não adianta dizer que isso vai ter efeito tal ou qual. Quando tivemos o imposto sobre o cheque, houve muita reclamação. Eu era Ministro da Fazenda. Quando ele acabou, ninguém nem percebeu, não houve variação de preço nenhuma. Então, as pessoas absorvem ou não absorvem, sem que haja dificuldade maior. Nem me venham dizer que isso vai ter impacto inflacionário. Já acabou esta mentalidade “porque aumentou um pouquinho aqui, transmite para os outros preços.” Não vai ser assim.

Teremos não só a prudência necessária, ao avaliar a alíquota, quando for conveniente, como também a firmeza em que os recursos serão usados para a destinação que lá está prevista, se for o caso. Ele é provisório, mas, para ser provisório preciso da reforma tributária, que permita assegurar a continuidade da prestação dos serviços. Não nos iludamos: tudo custa, e alguém tem que pagar. E é melhor que os mais ricos paguem pela saúde dos mais pobres. Isso tem que ficar muito claro. E esse imposto não vai pegar no povo. O povo não tem cheque, não usa cheque. É um imposto socialmente justo.

Todo imposto é desagradável, senão não tinha esse nome, não seria imposto, seria voluntário. Chama-se imposto porque é uma imposição. Ninguém gosta, mesmo, de pagar, e é normal que não goste. Mas, se é assim... Por isso é que existem o Poder Público, o Congresso, o Executivo – para impor. Agora, a imposição só é justa quando

fica bem claro quem está pagando e a que se destina aquele recurso. Nesse caso, há todas as explicações – de quem paga e a que se destina. De modo que vou me empenhar, a fundo, junto ao Congresso Nacional, para que tenhamos, realmente, essa possibilidade.

Não quero me estender mais, a não ser felicitá-los, agradecer muito as palavras do Dr. Adalmir Dantas, agradecer a presença de tantas pessoas aqui, inclusive do meu oftalmologista, o qual já convoco para me dar uma consulta rápida, gratuita, no meu gabinete, lá em cima.

Muito obrigado.